

Ensino religioso: o facultativo obrigatório*

Luiz Antonio Cunha**

O ensino do catolicismo continua praticamente obrigatório nas escolas públicas (1ª à 4ª série), como no tempo do Império, em que essa era a religião oficial do País. Aliás, todas as datas relevantes do calendário escolar são comemoradas com cerimônias religiosas, não bastassem os livros didáticos e discursos das professoras: o cívico se mistura com o religioso. Os pais de alunos e até mesmo grande parte dos professores desconhecem que o ensino e até mesmo grande parte dos professores desconhecem que o desejem, é possível escolher o credo a ser ensinado. Ao lado desse desconhecimento, existe, também, a exploração da ignorância para efeito de impingir uma crença específica por parte de certos diretores de escola, em conluio com os setores confessionais das Secretarias de Educação. O poder que os professores têm de escolher os livros didáticos permite-lhes até mesmo selecionarem livros-escritos com base na "teoria criacionista" - que rejeitam a evolução como um fato cientificamente comprovado. O pior é que esse tipo de escolha é endossada pela Fundação de Assistência ao Educando-FAE, do Ministério da Educação, que se encarrega de receber os pedidos dos professores e efetuar as compras nas editoras privadas, para posterior distribuição às escolas.

Segundo os procedimentos formais, no ato da matrícula, os pais são indagados se desejam ensino religioso para os filhos e, se a resposta é afirmativa, qual é a sua religião. Em certos lugares, o que se pergunta é a religião, deduzindo-se daí que o ensino religioso só não será ministrado aos que se declararem ateus. ora, quem faz a matrícula das crianças é, na imensa maioria dos casos, a mãe. Na mulher, enquanto mãe e professora reside um elemento essencial para a reprodução do ensino religioso nas escolas públicas. É interessante notar que, no segundo segmento do ensino de 1o. grau (5ª à 8ª série), a mulher é o agente preferencial do ensino religioso, como o foi exclusivo no primeiro segmento. Para elas, nem mesmo se faz questão do credenciamento da instituição

confessional para ministrar essas aulas. Para o homem, no entanto, é preciso que esse credenciamento seja explícito, ou, então, que o candidato a ministrar esse ensino disponha de algum elemento comprovador de sua qualificação, como antecedentes escolares em Seminário, por exemplo. A esse respeito, vale mencionar que o "aggiornamento" da Igreja Católica liberou uma grande quantidade de padres, freiras e irmãos que foram incorporados aos quadros do magistério público, por concurso ou pelo processo mais frequente do clientelismo. Essas pessoas reforçam a disposição favorável para com o ensino religioso, ampliando a disposição difusa no âmbito de professorado e da população.

Mas, se, apesar de tudo isso, a mãe declarar que não deseja que seu filho ou filha assista às aulas de religião, ela frequentemente desiste diante das perguntas da professora a respeito das razões para essa atitude "diferente" a respeito da educação dos filhos. Ainda assim, se a mãe persiste, será a criança que vivenciará um sentimento de exclusão difícil de suportar, rendendo-se, e pedindo para assistir às aulas de religião com os colegas. Isso, porque quando chega a hora dessa aula, a professora ordena aos poucos alunos dela dispensados (senão ao único), que saiam da sala, pois suas mães não querem que eles assistam aula com os outros. Eles são enviados para alguma sala vaga, se houver, sem atividade alguma que lhes interessem, já que as escolas não têm condições de providenciar o que manda a legislação nessa situação, preferindo que as mães "não criem caso". É comum as crianças serem enviadas para a secretaria ou para o corredor, os mesmo lugares para onde vão quando estão de castigo.

Os procedimentos utilizados pela escola pública para com o ensino religioso são muito variados. Em primeiro lugar, os ritos escolares estão cheios de religiosidade, não havendo quase comemoração que não se acompanhe de celebração litúrgica, sendo que apenas nas cidades maiores há alguma preocupação com o ecumenismo, em geral apenas dentro do cristianismo. Os livros didáticos estão recheados de interpretações simpáticas à religião, a começar com a imagem de Deus criando o homem, os jesuítas vindo ao Brasil para converter os índios à "religião verdadeira", etc. Para isso, concorrem as editoras, confessionais e não, mas que desejam vender num mercado onde os grupos confessionais são hegemônicos. A oração é um procedimento rotineiro nas quatro primeiras séries da escola pública, facilitado pelo fato de que a professora é única, ao contraio das quatro últimas séries. Além do mais, a maioria das professoras das escolas públicas são formadas pelas

* Texto apresentado no Seminário Conjunto INEP/FLACSO sobre "A pesquisa e o processo de construção das leis da educação nacional". Para maior aprofundamento destas questões consultar CUNHA, Luiz Antonio. Educação, Estado e Democracia no Brasil, São Paulo/Brasília/Niterói, Cortez/FLACSO/EDUFF, 1991.

** Professor Titular de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da UFF e colaborador da FLACSO, sede Brasil.

escolas privadas de 2º grau, dentre as quais avultam as escolas confessionais, estrategicamente situadas para apoiar um projeto hegemônico no campo da educação. Foi surpreendente encontrar depoimento de professora de que os alunos de escolas públicas (até mesmo na Capital do País) rezam para agradecer a Deus a merenda que vão comer...

Foi possível perceber que o ensino religioso é aceito, com entusiasmo ou relutância, pelos alunos e seus pais, ao lado dos professores crentes. Encontrei, também, professores não crentes, inclusive ateus, que o aceitam sem questionamento. Parece que o ensino religioso, dogmático por natureza, pode fornecer um refor-

ço de legitimação às demais disciplinas do currículo, mesmo tratando-se de arte ou de ciência, se o ensino é ministrado de forma a reunir uma série de verdades absolutas e irrefutáveis, como se fossem questões de fé. Ou seja, embora antagônicos do ponto de vista epistemológico, há uma verdadeira solidariedade prática entre o ensino religioso e o da arte e o da ciência, que é o autoritarismo, mais ou menos velado. Mesmo se o discurso é liberal, a postura diante da religião facilita o controle da sala de aula e da escola inteira pelo dogmatismo subjacente. Houve professores que disseram ser o ensino religioso bom para “colocar um pouco de limite no aluno” e para “diminuir sua agressividade”.